

A responsabilidade a quem tem o poder

Os jornais dos últimos dias, principalmente após o retorno da correção monetária diária por meio da criação do BTN Fiscal, voltaram a ficar atulhados de diagnósticos sobre a situação atual da economia brasileira, com indicações de terapias a serem aplicadas para resolver os problemas que enfrentamos e exorcizar o perigo da hiperinflação. Mais de uma vez já dissemos aqui que a questão não é mais de falta de diagnóstico ou de prescrição de uma terapia mais adequada, mas de execução do tratamento necessário. A questão, portanto, deixou de ser técnica e passou a ser, primordialmente, política. É perda de tempo ficar discutindo o que se deve fazer. Agora, é necessário, simplesmente, encontrar a maneira de fazer.

E é neste ponto que começa todo o nosso drama: a crise se tornou mais aguda no momento em que o governo está chegando ao fim, com seus poderes manietados pela nova Constituição, desacreditado pelo fracasso de três tentativas de conter a inflação, via experiências heterodoxas, e em plena campanha pela sucessão presidencial depois de três décadas sem eleições diretas para a Presidência da República. Está evidente, por tudo isso, que não é hora de o governo (nem ele tem condições para tal) partir para um programa ambicioso e definitivo de combate a nossos males, na tentativa de corrigir uma situação que começou a se degradar há mais de dez anos.

Está evidente, também, ao contrário das expectativas manifestadas pelo ministro Maílson da Nóbrega, que a volta ao esquema que funcionava antes da detonação do Plano Verão não irá produzir os efeitos a que o governo modestamente aspira: o de segurar a inflação abaixo dos 30% e evitar que o Brasil chegue às eleições de novembro igualzinho a Argentina chegou às suas em maio.

Se o presidente Raul Alfonsin chegou à conclusão de que deveria entregar o governo ao seu sucessor seis meses antes do que pretendia e do que mandava o calendário eleitoral de seu país, é porque ele é suficientemente responsável para saber que, após a vitória de seus adversários peronistas nas urnas e do estrondoso naufrágio de mais um plano de estabilização econômica, seu governo perdeu os últimos resquícios de legitimidade que possuía e, consequentemente, perdeu todas as condições para continuar conduzindo a administração do país e definindo suas políticas oficiais.

Coisa muito parecida aconteceu no Brasil, como já comentamos em outros editoriais, desde que foi promulgada a nova Carta Magna. A Assembléia Constituinte instituiu no país um parlamentarismo de fato (não de direito) e deslocou o eixo do poder do Executivo para o Legislativo.

Para se ter uma idéia da impotência do governo central, basta reler o discurso do presidente Sarney anunciando o Plano Verão e as medidas que seriam tomadas para conter a inflação e o que dizem os executores do Plano, ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu, sobre as razões de seu fracasso. É certo que havia muita gente no Executivo que não morria de amores pelas medidas de austeridade propostas no Plano — corte de 90 mil funcionários ociosos, fechamento de estatais e empresas públicas, privatização. Mas elas nem puderam ser testadas porque o Legislativo não permitiu, o que no fundo até agradou a certos habitantes do Palácio do Planalto. Assim, a única solução é entregar a responsabilidade a quem tem o poder.

Repetimos: com isso não estamos sugerindo que o sr. José Sarney renuncie à Presidência da República. Queremos apenas que ele se adapte a esta realidade constitucional que está aí, uma vez que o texto da Constituição não pode ser alterado — como é necessário fazer — de um dia para outro. Enquanto não se providencia a volta do presidencialismo ou a instituição do parlamentarismo real, o único remédio é a busca de um grande acordo político entre o governo e o Congresso, em torno de um programa mínimo que permita levar a economia, sem grandes solavancos, primeiro até as eleições e, depois, até a posse em 15 de março do ano que vem.

Um acordo político que é absolutamente necessário para chegarmos a um acordo mais amplo, envolvendo todos os setores da sociedade brasileira. Esse entendimento parece-nos absolutamente possível quando notamos que o homem que foi secretário da Fazenda do sr. Leonel Brizola e é apontado como condutor da política econômica oficial se o candidato do PDT for eleito presidente, o deputado César Maia, propõe como saída para a crise exatamente aquilo que as correntes liberais, a começar do senador Roberto Campos, vêm apontando como único caminho a ser seguido para que o Brasil não seja condenado à hiperinflação e para pelo menos contornar os problemas que poderão ameaçar até mesmo a realização das eleições em novembro. Pelo que diz o noticiário dos jornais deste fim de semana, até os ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu estão cada vez mais convencidos de que este é o caminho a ser seguido.